



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

***O Acolhimento Institucional na Adolescência –
Estudo de Caso sobre Perceções, Significados e
Participação no Processo Judicial***

**Dissertação Apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia**

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Carolina Chaves

Porto, julho de 2016



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

***O Acolhimento Institucional na Adolescência –
Estudo de Caso sobre Perceções, Significados e
Participação no Processo Judicial***

**Dissertação Apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia**

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Carolina Chaves

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Mestre Catarina Ribeiro

&

Professora Doutora Luísa Trigo

Porto, julho de 2016

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Catarina Ribeiro, pela paciência e generosidade com que sempre me recebeu, e pelo incentivo e frontalidade nos momentos certos. Pela transmissão de conhecimentos de forma tão cativante a que nos habituou em todas as aulas.

À Professora Luísa Trigo pela ajuda prestada e simpatia.

Ao jovem que me permitiu, de forma muito generosa e transparente, realizar este trabalho. Sem ele não teria sido possível.

À técnica do lar, responsável pelo jovem, pela sua simpatia e disponibilidade.

Ao Grijó, pela amizade, pelas recordações, por todo um percurso comum que nos liga, e por toda a ajuda de última hora.

À Mimena, por toda a ajuda, pelos telefonemas fora de horas, pela paciência, amizade e carinho que nos une.

À minha mãe, pela sua força...

Ao meu pai, por me amparar em todas as quedas...

Aos meus irmãos, Guilherme, Xico e Luisinho, por serem quem são!

E por último, dedico este trabalho aos meus avós, pelo mimo, apoio incondicional e por me terem permitido realizar mais esta etapa da minha vida.

Resumo

Este trabalho foi pensado no sentido de completar alguma da escassez de estudos nacionais e conhecimentos específicos sobre as perceções e significados que as crianças e adolescentes envolvidos com a justiça sentem relativamente ao processo judicial que leva à sua institucionalização (Ribeiro, 2009).

Neste estudo pretendemos compreender quais as perceções e significados que os adolescentes atribuem ao primeiro processo judicial e à respetiva institucionalização, e a todas as mudanças que isso acarreta nas suas vidas, ou seja, o nosso intuito foi saber quais as suas experiências, relativas a tais acontecimentos, através do discurso do sujeito. Por isto, optámos por uma metodologia qualitativa do tipo estudo de caso, recorrendo à análise de conteúdo.

Após a análise de resultados, percebemos que os nossos resultados contrariam, em parte, o que vem descrito na literatura. Este facto pode dever-se a características pessoais do participante. Contudo, estes resultados não são representativos, uma vez que dispomos de um único participante, no entanto pode suscitar questões a serem estudadas futuramente.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Significados; Perceções; Participação; Acolhimento institucional; Processo judicial; Tomada de decisão.

Abstract

This study was thought to complete some lack of national studies and specific knowledge about the perceptions and meanings that children and youth involved in law feel about the judicial process that lead them to foster care (Ribeiro, 2009).

We pretend to understand which are the perceptions and meanings that young people attribute to the first judicial process and the respective foster care, and all of the changes it has in their lives, that's to say, our intention is to know which are their experiences about such events, through the subject's speech. So we chose a qualitative methodology of a case study, using content analysis.

After the results analysis, we came to the conclusion that our results contradict, partly, what is described in the literature. This may be due to participant's personal characteristics.

However, these results are not representative, since we only have a single participant, but it may raise questions to be studied in the future.

Key-words: Children and teens; Meanings; Perceptions; Participation; Foster care; Judicial process; Decision-making.

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
1. Diretrizes Internacionais relativamente à Proteção de Crianças e Jovens	2
2. Enquadramento Legal da Proteção de Crianças e Jovens em Portugal	3
3. Acolhimento Institucional em Portugal	4
3.1. Processo do Acolhimento Institucional	4
3.2. Objetivo do Acolhimento Institucional	5
3.3. Tipos de Acolhimento Institucional	5
4. Participação das Crianças e Jovens no Processo de Decisão Judicial	5
5. Perceções e Significados sobre o Processo de Acolhimento Institucional	9
6. Repercussões na Trajetória Escolar	10
Estudo Empírico	12
1. Objetivos Específicos e Questões de Investigação	12
2. Método	13
2.1.Desenho de Investigação.....	13
2.2.Participante	14
2.3.Procedimentos de Recolha de Dados	14
2.4.Procedimentos de Tratamento de Dados.....	15
3. Apresentação e Análise de Resultados	15
3.1.A – Processo da Primeira Institucionalização.....	16
3.1.1. <i>A2 – envolvimento do jovem</i>	16
3.1.2. <i>A3 – decisão tomada</i>	17
3.1.3. <i>A4 – estar institucionalizado</i>	17
3.2.B – Perceções sobre o Impacto no Futuro	17
3.3.C – Perceções sobre a escola	18
3.3.1. <i>C1 – mudança de escola</i>	19

3.3.2. <i>C2 – maior valorização da escola</i>	19
3.3.3. <i>C3 – relação com os pares</i>	19
3.4.D – A Vida no Lar	20
4. Discussão e Conclusões	21
Referências Bibliográficas	24
Anexos	28

Introdução

De acordo com a literatura revista, todas as crianças, com capacidade de discernimento, têm o direito de exprimir a sua opinião quando estão em causa decisões que afetem a sua trajetória de vida.

Não obstante, constata-se a escassez de trabalhos de investigação empíricos que foquem o estudo do papel ativo da criança no processo de decisão judicial, viabilizando, dessa forma, um conhecimento mais aprofundado sobre quais as representações das crianças acerca do tribunal e quais as suas expectativas quanto à sua participação no desenrolar dos processos judiciais (Ribeiro, 2009).

O presente trabalho foi pensado visando contribuir para o preenchimento da lacuna existente ao nível de estudos empíricos realizados em contexto nacional que se dirijam a esta temática e que permitam o desenvolvimento de conhecimentos específicos sobre as perceções e significados que as crianças e adolescentes envolvidos com a justiça desenvolvem relativamente ao processo judicial que leva à sua institucionalização (*idem*).

Os objetivos centrais deste trabalho consistem em compreender quais as perceções, significados e participação no processo judicial vivenciados pelos adolescentes em acolhimento institucional.

Após a revisão da literatura sobre a temática em questão, elaborámos um guião de entrevista semiestruturado de forma a conseguirmos responder aos objetivos por nós traçados.

Por isto, optamos por uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo.

Inicialmente, pensámos utilizar uma amostra teórica de participantes, no entanto devido à dificuldade de acesso a jovens que se enquadrassem em todos os nossos critérios de inclusão, optámos por um estudo de caso.

Para além de termos conseguido ver as nossas questões de investigação respondidas, foi-nos facultada informação sobre temas que não estavam abrangidos pelo nosso estudo. O jovem participante levantou questões importantes sobre a relação existente entre os educadores do lar e os educandos, assim como comportamentos considerados desviantes realizados pelos próprios educadores. Não desenvolvemos em demasia esta temática, contudo não quisemos deixar de lhe fazer referência pela sua importância e uma vez que pode suscitar interesse para estudos futuros.

Assim, procuramos enquadrar teoricamente as vivências associadas aos processos judiciais que se repercutem no acolhimento institucional, como as perceções dos jovens relativamente às suas trajetórias.

Enquadramento Teórico

1. Diretrizes Internacionais Relativamente à Proteção de Crianças e Jovens

O primeiro caso de reconhecimento público de maus tratos infantis surgiu em 1874, com o caso Mary Ellen. Na sequência deste processo foi criada a *Society for Prevention for Cruelty to Children*, em Nova Iorque.

Durante o século XIX, a criança vai ganhando estatuto como sujeito de direitos, e é nesta altura que surgem as primeiras *Sociedades Protetoras da Infância* (Ribeiro, 2009).

Com o objectivo de promover a protecção das crianças, foram fundadas variadíssimas associações ao longo dos tempos. Em 1924, depois da primeira Grande Guerra, foi elaborada a Declaração dos Direitos da Criança, da Sociedade das Nações ou a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada em 1959, pela ONU. A UNICEF (*United Nations Children's Found*), inicialmente designada *Internacional Children's Emergency Found*, é criada em 1946 (Alberto, 2010; Magalhães, 2005).

De acordo com Duhr (1992), este reconhecer da existência de mau trato infantil não depende da continuada repetição de situações de abuso, mas antes do sentimento de culpabilidade e consciencialização do problema.

Através dos movimentos de libertação feminina, na segunda metade da década de 70 do século XX, desenvolveram-se ações governamentais, principalmente nos Estados Unidos da América, relacionadas com esta questão (Alberto, 2010).

A 20 de Novembro de 1989, foi aprovada em Assembleia Geral, a *Convenção dos Direitos da Criança*, das Nações Unidas, que constituiu um marco histórico.

Com a Convenção, o movimento internacional dos direitos das crianças deparou-se com a pressão para implementar o estatuto legal da criança, dando-lhes mais do que a palavra em questões que lhe dizem respeito. Segundo Sunker (1995), a Convenção reconhece oficialmente a ideia de que a criança deve estar envolvida nas decisões que dizem respeito ao seu bem-estar e condições de vida, debatendo-se entre participação no sentido de liberdade de expressão e participação no sentido de tomada de decisão. No entanto, a mensagem defendida (e.g. art.º 12.º) é a de que as 'vozes' das crianças devem ser ouvidas pelos adultos que tomam decisões respeitantes às suas vidas (Davis, 1998, cit. in Sani, 2013).

2. Enquadramento Legal da Proteção de Crianças e Jovens em Portugal

Em Portugal, só a 8 de Junho de 1990, é que a *Convenção dos Direitos da Criança* foi assinada e ratificada pela Resolução da Assembleia da República.

Ao longo dos anos, a legislação portuguesa sobre esta matéria foi-se adaptando aos desenvolvimentos científicos e culturais, tendo sido criado, em 1911, o primeiro documento legal relativo à proteção da infância, o Decreto de Lei de 27 de maio, *Lei de Proteção à Infância*. No ano de 1962, foi aprovada a *Organização Tutelar de Menores*, vindo mais tarde, em 1978, a sofrer profundas alterações.

No fim do século XX, em 1991, foram criadas as *Comissões de Protecção de Menores*. No entanto, em 1999, é feita a distinção entre crianças vítimas e crianças que cometem atos tipificados como crimes. Posto isto, são criadas, respetivamente, a *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* e a *Lei Tutelar Educativa* (Magalhães, 2005; Ribeiro, 2009).

Já no início do século XXI, a *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* (Lei nº 147/99, de 1 de setembro), sofreu algumas alterações com a entrada em vigor dos Decretos-Lei nº 11/2008 e nº 12/2008, de 17 de janeiro de 2008, *Regulamentação da Medida de Promoção e Proteção Acolhimento Familiar e Regulamentação das Medidas de Promoção e Proteção em Meio Natural de Vida*, respetivamente. Assim, a intervenção de proteção ficou concebida de modo a potenciar o papel da família mediante o reforço e aquisição de competências dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, por forma a permitir a manutenção ou regresso deste à sua família de origem e a só admitir a separação da criança ou do jovem dos pais contra a vontade destes, quando o tribunal a entender como necessária à salvaguarda e prossecução do interesse superior da criança (Preâmbulo do Decreto-Lei nº 12/2008). A execução da medida obedece a um plano de intervenção, elaborado em harmonia com o estabelecido em acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial (artigos 5º do Decreto-Lei 11/2008 e 7º do Decreto-Lei 12/2008). Em acréscimo, a medida é alvo de revisão, o que pressupõe a avaliação da situação atual da criança ou do jovem e os resultados do processo de execução da medida. Em tal revisão, deve ser considerada, entre outros elementos, a evolução da capacidade dos pais para proteger a criança ou o jovem das situações de perigo e garantir a satisfação das suas necessidades de desenvolvimento integral, tendo em vista a sua integração no seio da família de origem (artigos 6º do Decreto-Lei 11/2008 e 9º do Decreto-Lei 12/2008).

3. Acolhimento Institucional em Portugal

Em Portugal, o acolhimento institucional de menores em risco, constitui-se como a medida de proteção mais extrema (Ribeiro, 2009), visto só dever ser utilizada em último recurso, quando outras medidas não se mostraram eficazes. No entanto, é a medida de proteção, no que diz respeito às medidas de colocação, que maior expressão alcança no nosso país, principalmente no que diz respeito ao acolhimento prolongado, o que faz com que sejamos um dos países com maior número de crianças institucionalizadas (Carvalho & Manita, 2010; Martins, 2005; Ribeiro, 2009).

3.1. Processo do acolhimento institucional.

O acolhimento institucional é o resultado de um longo processo de avaliação da situação em que a criança ou jovem se encontra inserido.

O sistema de proteção e educação de crianças e jovens pode subdividir-se em dois grupos principais: as medidas de promoção e de proteção, integradas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), e as medidas tutelares educativas, previstas na Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) (Delgado, 2006; Ramião, 2006; 2007).

As medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo visam afastar o perigo em que estas se encontram, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

As medidas de promoção e proteção são da competência exclusiva das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos Tribunais, estão tipificadas na Lei de Proteção e dividem-se em dois grandes grupos, nomeadamente, medidas em meio natural de vida e medidas de colocação. No que diz respeito às medidas em meio natural de vida, estas incluem: (a) apoio junto dos pais; (b) apoio junto de outro familiar; (c) confiança a pessoa idónea; e (d) apoio para autonomia de vida. Por sua vez, as medidas de colocação contemplam: (a) acolhimento familiar; e (b) acolhimento em instituição.

3.2.Objetivo do acolhimento institucional.

Com o acolhimento das crianças e jovens, há objetivos que têm de ser desenvolvidos e cumpridos pelas próprias instituições e centros de acolhimento.

As instituições têm por objectivo educar os menores e assegurar o seu desenvolvimento integral, substituindo a família ou os responsáveis pelo poder paternal quando estes não podem cumprir as suas funções (Delgado, 2006). É a instituição que fornece às crianças e jovens as ferramentas que lhes permitem apreender as normas e valores da realidade social que os circunda, bem como as representações da respetiva condição de classe (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Na opinião de Kellerhals e Montandon (1991, cit. in Centro de Estudos Territoriais, 2005), o objectivo da instituição é intervir em quatro domínios fundamentais, mais concretamente: (a) a aquisição das atitudes necessárias para participar na produção social (i.e. os saberes); (b) a interiorização das crenças e dos valores que cimentam a acção moral (i.e. a moral); (c) a aquisição de normas e ritos que regulam as relações interpessoais (i.e. técnicas de interacção); e (d) o manejo dos signos e dos símbolos de identidade social (i.e. os marcadores de identidade).

3.3.Tipos de acolhimento institucional.

O tipo de acolhimento a que se deve recorrer é determinado segundo uma série de avaliações, visando alcançar institucionalização adequada.

De acordo com Canha (2003), é necessário que as autoridades competentes disponham do tempo necessário para efetuarem um estudo completo dos contextos familiar e social da criança ou jovem. Segundo o Artº. 2º. do Decreto-Lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro (cit. in Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000, p. 15), os lares para acolhimento de crianças e jovens *“são equipamentos sociais que têm por finalidade proporcionar-lhes estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade.”*

Fuertes e Fernández (1996, cit. in Delgado, 2006) distinguem três funções fundamentais para as residências de menores, de acordo com as necessidades técnicas decorrentes da análise das problemáticas com que se lida (Instituto para o Desenvolvimento

Social, 2000), especificamente: (a) o acolhimento de emergência; (b) o acolhimento temporário; e (c) o acolhimento de longa duração.

O acolhimento de emergência (funções de curto prazo) destina-se a acolher crianças e jovens em situação de perigo iminente por um período de tempo que não exceda as 48 horas, intuito para o qual as instituições de acolhimento permanente congelaram vagas, constituindo aquilo designado por *Unidades de Emergência*. A instituição representa, nestas circunstâncias, um espaço seguro e envolvente onde a criança se pode começar a reorganizar.

O acolhimento temporário (funções de médio prazo) visa o acolhimento, por períodos que não ultrapassem os 6 meses, de crianças e jovens para os quais foi identificada a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem, função cumprida pelos *Centros de Acolhimento Temporário*. Este período serve de preparação, para a criança e família, de modo a aceitarem outra medida, como a adoção ou o acolhimento familiar.

Por último, o acolhimento de longa duração (funções de longo prazo) destina-se a crianças e jovens desprovidos de meio familiar ou cujas problemáticas justifiquem o afastamento definitivo em relação às famílias de origem, função cumprida pelos *Lares de Infância e Juventude*, a par da adoção, ou então, destina-se também à preparação dos jovens para a vida independente, relativamente aos quais não foi possível encontrar outra alternativa.

É de referir ainda, que, se após um período de afastamento temporário, o diagnóstico técnico se tiver alterado positivamente, a criança ou jovem pode voltar para o seio da família de origem.

4. Participação das Crianças e Jovens no Processo de Decisão Judicial

A investigação sobre a participação da criança no processo de decisão judicial é relativamente escassa.

Efetivamente, pouco se tem escrito sobre o que as crianças e jovens pensam acerca do tribunal e quais as suas expectativas relativas à sua participação na condução dos processos. Contudo, constata-se a existência de alguns trabalhos de investigação sobre o papel da criança na Justiça, mas exclusivamente a partir da ótica do próprio sistema judicial (Ribeiro, 2009).

Segundo Manai (1988, cit. in Ribeiro, 2009), “*a falta de poder da criança na condução da sua trajetória processual*”, revela um problema central nesta área.

Foi estabelecido como um dos princípios essenciais, na Declaração dos Direitos das Crianças (1989), que as opiniões destas devem ser tidas em consideração quando estão em causa decisões que afetem a sua trajetória de vida (Carvalho & Manita, 2010). Na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, no artigo 12º, pode ler-se (Ramião, 2006):

“-alínea 1. “Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.”

“-alínea 2. “Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.”

Porém, contrariamente ao estabelecido, algumas crianças e jovens continuam a não ser consultados (Carvalho & Manita, 2010). Segundo Sani (2013), *“é no domínio da justiça que essa ideia de participação da criança exige ainda um reavaliar da sua efetiva concretização, nomeadamente em situações em que a criança é a principal interessada.”*

Para algumas crianças, o facto de lhes ser dada a oportunidade de participação ativa no seu processo constitui não só um desejo, mas também uma necessidade, acabando por se revelar uma experiência reparadora e sendo percebida como garantia dos seus direitos (Lipovsky et al., 1992, cit. in Ribeiro, 2009).

Um estudo inglês realizado com base em relatos de crianças em acolhimento conclui que estas gostariam não só de serem parte ativa no seu processo, como também de serem ouvidas, revelando ainda que as crianças se preocupam com a falta de controlo sobre as decisões tomadas relativamente a si próprias (Weisz, Wingrove, Beal & Faith-Slaker, 2010). Este mesmo estudo conclui também que estas veriam como mais justas as decisões tomadas, caso tivessem sido solicitadas para intervir (*idem*).

Contudo, num estudo finlandês realizado por Polkki e colaboradores (2012), os desejos expressos pelas crianças para a participação no processo foram muito moderados e incompreensíveis. Mais concretamente, os resultados sugerem que embora a participação em assuntos que lhes dizem respeito é muito significativa para as crianças, nem sempre estas querem ser participantes ativas (Polkki, Vornanen, Pursiainen & Riikonen, 2012). Neste estudo constatou-se que os participantes apreciam que os adultos tenham um interesse genuíno nelas, que lhes dêem informações confiáveis, que as ouçam e que levem a sério as

suas opiniões, considerando os autores que as crianças procuram a verdade (Polkki et al., 2012). Por fim, os autores concluem ainda que o desejo de serem informadas sobre o que aconteceu nas suas vidas e o que acontecerá nos seus futuros parece ser crucial para as crianças em acolhimento (*idem*).

No estudo de Carvalho e Manita (2010), as autoras fazem referência à existência de algum desconhecimento das crianças relativamente à forma como o seu processo está a ser conduzido. As autoras constataam também que, quando as crianças possuem algum conhecimento sobre o desenrolar do seu processo, tal ocorre por via dos técnicos da instituição onde estão em acolhimento, os quais procuram perceber a opinião das mesmas em relação a aspetos importantes das suas vidas (Carvalho & Manita, 2010). De referir ainda que, de acordo com este mesmo estudo, quando a decisão tomada diverge daquele que é o desejo da criança, esta experimenta sentimentos de insatisfação, rebeldia, contrariedade e oposição (*idem*).

De acordo com Sottomayor (2003), a perspetiva da criança sobre questões que lhe dizem respeito deve ser tida em conta pelos modelos de Justiça, e as capacidades desta para se pronunciarem sobre a delineação do seu projeto de vida não devem ser subestimadas (Manai, 1988, cit. in Ribeiro, 2009).

Por vezes, assume-se que a experiência de vitimação de uma criança é melhor retratada pelos seus progenitores ou figuras privilegiadas no relacionamento com a criança quando, na realidade, estes podem desconhecer, deturpar, maximizar ou minimizar a experiência da própria criança (Sani & Gonçalves, 2007).

O argumento de uma vitimação secundária da criança é, frequentemente, usado para legitimar a não audição de quem, como testemunha, pode querer ser ouvida sobre a experiência que teve. Tal remete-nos para o sustentado por Anderson (2000), de acordo com o qual de que a noção de direitos deve ser igualmente entendida atendendo às necessidades da criança. Ainda de acordo com o defendido por este autor, não basta dizer que aceitamos fazer o melhor pelas nossas crianças, se, sob o argumento controverso da proteção, lhes é negada a participação em questões centrais nas suas vidas (Anderson, 2000).

5. Perceções e Significados sobre o Processo de Acolhimento Institucional

De acordo com a literatura, o momento de chegada à instituição é decisivo para a criança ou jovem. O acolhimento institucional parece ser percebido como um momento negativo, marcado por sensações de confusão, medo, e tristeza (Carvalho & Manita, 2010; Faria, Salgueiro, Trigo & Alberto, 2008; Ribeiro, 2009). Quando as crianças são institucionalizadas contra a sua vontade, a percepção de estigma é maior, facto que mostra a importância do processo de entrada e acolhimento na instituição (Colton et al., 1997, cit. in Faria, et al., 2008).

Num estudo a que já tivemos oportunidade de aludir, Carvalho e Manita (2010) salientam que a experiência de uma visita prévia à instituição, acompanhadas por pessoas de confiança, é referida pelas crianças como um aspeto importante para uma adaptação mais positiva à mesma, na medida em que tal visita se constitui como uma oportunidade para conhecer colegas, funcionários e técnicos, e as instalações. Em acréscimo, travar conhecimento com os outros jovens é referido como um elemento facilitador de adaptação, fazendo com que a sua posterior entrada seja menos estranha e dolorosa (Carvalho & Manita, 2010; Faria et al., 2008).

Através da literatura revista, percebemos que, uma vez passada a fase de adaptação, grande parte dos jovens referem-se positivamente quanto à institucionalização. Mais especificamente, estes jovens descrevem a instituição como um local securizante, em que se sentem apoiados e onde encontram a satisfação das suas necessidades (Carvalho & Manita, 2010; Faria et al., 2008).

Contudo, o impacto da institucionalização depende de vários fatores, tais como as características das próprias instituições de acolhimento e da comunidade envolvente, e as características dos próprios jovens (Alberto, 2002).

Ao nível das características da instituição podemos apontar o tipo de resposta, as próprias características da instituição e a duração do internamento (*idem*).

A qualidade dos contextos pós-institucionais constitui-se como outros dos factores que podem ser significativos no desenvolvimento, bem-estar e sucesso das crianças e jovens que vivenciaram a institucionalização (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000, cit. por Martins, 2005; Kerman et al., 2002). Não podemos deixar de referir a oportunidade das crianças e dos jovens poderem desenvolver relações afetivas no contexto institucional, assim como a qualidade do

cuidado prestado pelos técnicos e funcionários (Maclean, 2003; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

No que respeita às características dos próprios jovens não podemos esquecer a família de origem, a qualidade da relação criança-mãe, o motivo da separação (e.g. negligência e abusos que a criança terá sofrido em contexto familiar) e a sua história do acolhimento (Pecora, Whittacker, Maluccio, Barth & Plotnick 2000, cit. por Kerman, 2002).

Todos estes são factores que contribuem para os efeitos e repercussões da experiência de acolhimento (Pecora et al., 2000, cit. por Kerman, 2002; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Outras características individuais referentes aos jovens são a idade de entrada e saída no acolhimento, o género, as experiências de acolhimento anteriores e a raça (Berrick, Needell, Barth, & Johnson-Reid, 1998, cit. por Kerman et al., 2002).

6. Repercussões na Trajetória Escolar

As alterações na trajetória de vida não se refletem só a nível pessoal e familiar, mas também a nível escolar. Muitas vezes, as crianças são obrigadas a mudar de escola, interromper as aulas e a faltar, aspetos estes que são considerados como sendo altamente destabilizadores (Ribeiro, 2009).

Além disto, quando a escola proporciona um ambiente seguro, protegido e estruturado, as crianças têm oportunidade de a usar como um refúgio, no qual é compensada a falta de segurança e atenção ocorrida em casa (Höjer & Johansson, 2013). Em acréscimo, a necessidade de estabilidade e de equilíbrio passa também pela identificação com o projeto escolar (Ribeiro, 2009).

Na escola, as crianças institucionalizadas são mais suscetíveis de serem alvo de críticas por indisciplina, o que as leva a afastarem-se (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005, cit. in Faria et al., 2008). Estas crianças são mais facilmente mantidas de parte, facto que cria expectativas de insucesso e que acentua comportamentos disfuncionais que podem ir do isolamento à agressão (Faria et al., 2008).

No entanto, no estudo de Höjer e Johansson (2013), algumas das crianças entrevistadas parecem ter conseguido encontrar na escola um lugar onde se sentem encorajadas e “normais”. Nestes casos, a escola parece ter conseguido criar uma plataforma a

partir da qual estas crianças conseguirão construir uma perspectiva de vida melhor para si (*idem*).

Também no estudo de Faria e colaboradores (2008), as adolescentes revelaram encontrar-se numa situação escolar mais positiva do que antes de entrarem para a instituição.

A definição de um projeto para o futuro destas crianças é relevante para todas elas, incidindo este no sucesso da formação escolar, na conquista de um emprego e na aquisição de casa (Carvalho & Manita, 2010). Para estas crianças estes são aspectos fundamentais com vista a terem futuros mais estáveis.

Estudo Empírico

1. Objetivos Específicos e Questões de Investigação

Este trabalho foi pensado no sentido de completar alguma da escassez de estudos nacionais e conhecimentos específicos sobre as perceções e significados que as crianças e adolescentes envolvidos com a justiça sentem relativamente ao processo judicial que leva à sua institucionalização (Ribeiro, 2009).

Para melhor entendermos o fenómeno em estudo, os objetivos específicos desta investigação consistem em: (a) compreender quais as perceções dos jovens relativas ao processo da primeira institucionalização; (b) perceber quais as perspetivas desenvolvidas pelos jovens para o futuro; e (c) compreender as vivências e significados atribuídos à escola, antes e depois da institucionalização.

Desta forma, as principais questões de investigação do presente estudo podem ser apresentadas da seguinte forma:

- 1) Sentiram-se, os adolescentes, envolvidos no processo da tomada de decisão judicial?
- 2) Que perceção têm, os adolescentes, sobre o impacto da sua opinião/desejo na decisão que foi tomada?
- 3) Que perspetivas desenvolveram, estes adolescentes, relativamente ao seu futuro?
- 4) O que significa e que valor tem a escola, a aprendizagem, para estes adolescentes?
- 5) Qual o papel do(a) encarregado(a) de educação do Lar, segundo a perceção destes adolescentes?

2. Método

2.1. Desenho de investigação.

O presente estudo obedece a uma metodologia qualitativa do tipo estudo de caso, com recurso á técnica de análise de conteúdo. A opção por tal abordagem metodológica prende-se com o facto de se pretender estudar e compreender aprofundadamente as perceções, significados, atitudes e motivações do participante, em detrimento da sua quantificação (Coutinho, 2005). Este método caracteriza-se ainda pela valorização da subjetividade, numa perspetiva idiográfica, dando importância às vivências interiores e à forma como o indivíduo constrói a realidade e atribui significados ao mundo que o rodeia, assumindo-o como "perito experiencial" (Almeida & Freire, 2003; Ribeiro, 2009; Smith & Osborn, 2003). Trata-se de um estudo de caso único e do tipo instrumental (Stake, 2005; Yin, 2009), uma vez que, assumindo um cariz descritivo e exploratório, é utilizado para promover a compreensão das perceções e significados inerentes ao processo de uma primeira institucionalização, pressupondo-se que a compreensão do caso estudado conduzirá a um melhor entendimento do mesmo fenómeno noutros casos (Stake, 2005).

A análise de conteúdo, cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, consiste num conjunto de técnicas de análise de comunicações sobre as quais podem incidir sobre formas variadas, sendo útil para a análise de ideologias, sistemas de valores, representações e aspirações e as suas transformações. Para tal, este método utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 1977; Campos, 2004; Quivy & Campenhoudt, 1998).

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), a principal vantagem deste método é ser adequado ao estudo do não dito, do implícito. Obriga o investigador a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas, em particular as suas próprias. Contudo não deixam de admitir a existência de limitações e problemas como ter um campo de aplicação muito restrito (Quivy & Campenhoudt, 1998).

2.2.Participante.

O participante deste estudo foi um jovem de 14 anos, em acolhimento institucional há mais de um ano.

A seleção do participante obedeceu a critérios de inclusão previamente estabelecidos. Neste sentido, foram definidos como critérios de inclusão: (a) o jovem estar abrangido pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; (b) estar a experienciar a primeira institucionalização em Lares de Infância e Juventude (LIJ); (c) idade superior ou igual a 12 anos; e (d) estar institucionalizado num LIJ, situado na zona do grande Porto. Note-se ainda que a seleção de um participante com idade superior a 12 anos justifica-se pelo facto de os jovens com idade superior à referida possuírem o direito a ser ouvido pela comissão de proteção ou pelo juiz quanto à sua situação (art. 84.º, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) (Ramião, 2006).

No que concerne aos critérios de exclusão, foi definido que não poderiam participar no presente estudo adolescentes órfãos, visto que a institucionalização poderia constituir-se como a única opção para o seu acolhimento, e adolescentes que não possuíssem capacidades cognitivas que lhes permitissem compreender e responder às questões da entrevista.

Tratou-se portanto de um procedimento de amostragem não probabilístico, optando-se por uma amostra de conveniência, tendo sido seleccionado o caso que, cumprindo os critérios de seleção, aceitou participar.

2.3. Procedimentos de recolha de dados.

Para este estudo foi especificamente elaborado um guião de entrevista (Anexo A), de cariz semiestruturado. O guião encontra-se dividido em três partes, visando dar resposta a todas as questões de investigação elaboradas para o presente estudo.

Previamente à realização da entrevista, foi solicitada a assinatura da declaração de consentimento informado do jovem (Anexo B), assim como da técnica responsável (Anexo C) por ele. Posto isto, a entrevista foi realizada num espaço disponibilizado pela própria instituição onde o jovem se encontrava em acolhimento, tendo sido gravada em registo áudio, viabilizando a sua posterior transcrição, total com recurso ao software informático *Microsoft Word*.

A realização da entrevista teve uma duração aproximada de 45 minutos, sendo que após transcrita produziu 19 páginas de texto, com a utilização da fonte *Times New Roman*, tamanho 12.

As questões integrantes do guião da entrevista foram efetuadas em função dos conteúdos do discurso do entrevistado, o que, compreensivelmente, conduziu a algumas alterações na ordem de apresentação das questões, assim como na anulação de algumas questões que já tinham sido naturalmente respondidas pelo entrevistado (Quivy & Campenhoudt, 1998).

2.4.Procedimentos de tratamento de dados.

Para tratamento dos dados foi selecionado o método da análise de conteúdo, uma vez que se considera ser um conjunto de técnicas de pesquisa e análise das comunicações escritas, em que são utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (Bardin, 1977; Campos, 2004)

A entrevista foi transcrita na íntegra e sujeita a uma análise pormenorizada, levando à criação de categorias (Anexo D) das dimensões avaliadas pela entrevista e pelas questões de investigação deste estudo, deixando-se espaço à criação de novas categorias, indutivamente.

É de referir também que todo este processo de análise de conteúdo se realizou sem o recurso a qualquer tipo de ferramenta informática (e.g. Nvivo8), ou seja, tratou-se de um processo inteiramente manual.

3. Apresentação e Análise de Resultados

Após a codificação categorial de toda a informação transcrita da entrevista, foram criadas quatro categorias principais: (a) A – processo da primeira institucionalização; (b) B – perceções sobre o impacto no Futuro; (c) C – perceções sobre a escola; e (d) D – a vida no lar. Cada uma destas categorias está dividida em várias subcategorias, de forma a facilitar a compreensão das mesmas. As categorias formadas vão de encontro às questões de investigação previamente elaboradas.

Seguidamente, procederemos à análise da informação codificada considerada mais relevante para a resposta às questões de investigação, recorrendo para isso à inclusão de excertos do material codificado.

3.1. A – Processo da primeira institucionalização.

Nesta categoria pretendemos compreender as perceções do jovem em relação ao processo do primeiro acolhimento institucional. Procura-se ainda saber qual o envolvimento (A2) percecionado pelo jovem durante o processo judicial, assim como a sua perceção sobre o impacto da sua opinião na decisão tomada (A3). Pretendemos, também, perceber o significado atribuído ao acolhimento institucional (A4).

Sabemos, segundo a Declaração dos Direitos da Crianças (1989), que os jovens a partir dos 12 anos têm direito a ser ouvidos, sendo que, para alguns autores, esta deveria ser uma questão obrigatória visto ser a vida destes jovens que está em análise. Posto isto, consideramos que deveria, também, haver uma preocupação por parte dos técnicos, juízes e procuradores envolvidos nos processos, em permitir ou facilitar um maior envolvimento das crianças e dos jovens nos processos que irão determinar o seu futuro mais próximo.

3.1.1. A2 – envolvimento do jovem.

Nesta subcategoria conseguimos perceber que não foi permitido ao jovem qualquer tipo de envolvimento no seu processo de promoção e proteção. O jovem sentiu que o acolhimento lhe foi imposto (A2.1) (“*Simplesmente, fui obrigado a vir...*”), não tendo obtido qualquer explicação sobre os motivos da institucionalização (A2.2) (“*(...) um dia estava a faltar às aulas e ela (psicóloga da escola) disse que queria falar comigo... e eu cheguei lá e estavam dois agentes da polícia...*”). Relativamente à sua perceção sobre o interesse dos técnicos com/na sua opinião (A2.3), o jovem respondeu negativamente, “*(...) não me foi proposto isso*”, referindo-se à possibilidade de ter havido uma preocupação por parte dos técnicos da CPCJ em perceber o que ele estaria a sentir relativamente à possibilidade de uma institucionalização ou se o tinham questionado sobre o assunto.

Nos estudos revistos é dito que o envolvimento das crianças e dos jovens nos processos pode ser sentido como reparador e facilitador de uma reestabilização mais rápida (Lipovsky et al., 1992, cit. in Ribeiro, 2009).

3.1.2. A3 – decisão tomada.

Relativamente a esta categoria, a medida é percebida pelo jovem como pouco eficaz na alteração do comportamento (“(...) *porque se uma pessoa se porta assim tão mal, não é por vir para um colégio que vai mudar...(...)*”), podendo-se depreender que o acolhimento institucional não é visto, por este jovem, como um fator controlador dos comportamentos considerados desviantes.

3.1.3. A4 – estar institucionalizado.

De acordo com Carvalho e Manita (2010), um primeiro contacto com a instituição pode ser benéfico para a posterior adaptação, dado terem oportunidade de conhecerem colegas, funcionários antes do acolhimento definitivo.

No entanto, o jovem por nós entrevistado não considerou necessário um primeiro contacto ou apresentação à instituição que o acolheu (A4.1), tendo respondido com alguma indiferença (A4.1.1) (“*Não, era igual.*”), quando perguntado se acharia que poderia ter sido benéfico uma primeira apresentação antes da ida definitiva para a instituição. Contudo, o participante revelou ter sentido alguma curiosidade (A4.2.1) no que se refere aos colegas e ao espaço que o iria acolher (“(...) *A primeira coisa que senti era como é que isto era cá dentro... depois queria conhecer amigos novos...*”).

3.2. B – Percepções sobre o impacto no futuro.

Com esta categoria pretendemos perceber quais as perspetivas do jovem quanto ao futuro, bem como se conseguia perceber a existência de vantagens ou desvantagens do acolhimento no que diz respeito ao seu futuro.

Relativamente ao seu acolhimento, este jovem identificou algumas consequências positivas (B1.1), como uma maior responsabilização pelas suas coisas e tarefas a serem

desempenhadas pelo próprio enquanto morador de um espaço comum a outras pessoas (B1.1.1) (“(...) ... *eu quando estava em casa não fazia tarefas... (...) mais responsável pelas coisas, e agora já estou mais...*”). No que se refere à possibilidade da existência de consequências negativas no seu acolhimento, o jovem mostrou-se surpreendido em não conseguir identificar qualquer consequência negativa (B1.2) (“*Não. Por acaso, não...*”).

Para além das consequências identificadas relativas ao acolhimento institucional, o jovem referiu ainda consequências da possível permanência no contexto familiar, caso não lhe tivesse sido aplicada esta medida de promoção e proteção. Assim, o jovem percebe como graves (B2.1) tais eventuais consequências, tendo referido, “*E então... eu se... agravasse mais a situação, talvez tinha ido para o Alentejo para o colégio de toxicodependentes...*”.

3.3. C – Perceções sobre a escola.

Na literatura é referido que a mudança de escola pode acarretar consequências negativas, tanto a nível pessoal e familiar como escolar. Por norma, as crianças em acolhimento institucional são mais suscetíveis de serem criticadas. No entanto, há estudos que referem a existência de escolas que parecem ter conseguido criar um ambiente onde as crianças se sentem encorajadas e “normais” (Faria et al., 2008; Höjer, & Johansson, 2013; Ribeiro, 2009). Com este jovem pudemos perceber que as mudanças de escola podem trazer alguns momentos de angústia, mas que, posteriormente, se revelam frutíferas.

Nesta categoria pretendemos compreender as vivências e significados atribuídos à escola, antes e depois do acolhimento institucional e perceber, também, que valor tem a escola para este adolescente. Com as questões elaboradas conseguimos perceber como foi sentida a mudança de escola (C1) pela qual o jovem teve de passar, assim como compreendemos que houve uma maior valorização da mesma (C2) após o acolhimento institucional, e que este jovem sentiu necessidade de combater o estigma (C3.1) sobre os “*meninos dos colégios*” em relação aos colegas de escola, acabando por sentir que foi bem sucedido (C3.2).

3.3.1. C1 – mudança de escola.

Tal como referido na literatura, também o jovem por nós entrevistado sentiu como difícil (C1.1) a mudança de escola, tendo, neste caso, ocorrido a meio do ano letivo (*“Foi... porque eu lá, naquela escola, além de ter amigos maus também tinha amigos bons... tinha lá o meu melhor amigo...”*). Contudo, posteriormente, tal mudança é percebida como positiva (C1.2) tanto a nível académico como social (*“Sim... também há os meios de transporte e as companhias...se continuasse lá, mais valia estar em casa... (...) E agora estou lá e já estou melhor... Já tiro boas notas...”*).

3.3.2. C2 – maior valorização da escola.

No que ao participante no presente estudo diz respeito, é perceptível uma maior valorização da escola devido às regras impostas (C2.1) pelo próprio lar. É referido pelo jovem que caso falte às aulas são-lhe retirados alguns benefícios (*“Depois eu chego aqui ao colégio e estou sempre de castigo, sem telefone... ou depois ninguém tem confiança em mim... peço para sair e ninguém me deixa...”*), situação que acontecia no início do acolhimento. Com o decorrer do tempo, o jovem foi percebendo que não valia a pena faltar à escola, (*“(...) reparei que agora faltar... não vale a pena faltar...”*) e alterou a sua postura, tendo recuperado a confiança dos técnicos (*“(...) Agora não, por exemplo, peço para sair e eles “Vai lá”... (...)”*).

Em acréscimo, a escola e a aprendizagem são vistas também como um meio para a concretização de um *“sonho”* (C2.2), referindo o jovem que *“(...) se eu quero concretizar um sonho, tenho que lutar por ele, não é só dizer que quero concretizar o sonho... tenho de fazer...”*.

3.3.3. C3 – relação com os pares.

Como mencionado acima, foi sentido pelo jovem do nosso estudo a necessidade de combater o estigma (C3.1) em relação aos *“meninos dos colégios”* quando mudou de escola. Refere que *“(...) no primeiro dia... eu, na primeira aula, quis me apresentar... E disse que estava numa instituição, e disse que era um menino normal...”*, referindo ainda que os colegas faziam uma ideia errada sobre as crianças e adolescentes que vivem em lares, (*“(...) pensavam que os miúdos da instituição roubavam, não tiravam boas notas...(...)”*).

Percebemos que o combate ao estigma encetado pelo jovem teve resultados positivos (“(...) *...e eu estou a provar-lhes isso, é errado o que eles estão a pensar... (...) tanto que muitos já me percebem... (...) ...eles são meus amigos...*”), revelando assim ter havido uma aceitação positiva pelos pares (C3.2).

3.4. D – A vida no lar.

No que respeita à vida no lar e ao seu quotidiano, o jovem consegue perceber aspetos positivos da instituição (D2), como por exemplo a abertura aos contactos com a família (D2.1) (“(...) *Saídas ao fim de semana (...)receber visitas... podes receber visitas... basta os pais ligarem, naquele horário vêm cá normalmente...*”).

Porém, o assunto mais focado ao longo de toda a entrevista foram as representações negativas sobre os educadores (D1), tanto o comportamento agressivo (D1.1) (“(...) *educadores batem em crianças, em jovens que estão aqui institucionalizados...*”), como o comportamento desviante (D1.3) (“*Educadores que fumam drogas também, aqui dentro...*”), e algumas referências a uma possível instabilidade emocional (D1.2) (“*É mais quando eles estão de mau feitio... (...) e então eles agora chegarem aqui, têm uma discussão com a mulher em casa ou assim, vêm pr’aqui todos enervados, e em vez de irem lá para baixo para o ginásio, descarregarem... Não, descarregam em nós, como se nós fossemos um saco de boxe...*”).

4. Discussão e Conclusões

Para facilitar a compreensão deste ponto, iremos organizá-lo de acordo com as questões de investigação elaboradas para este estudo.

Relativamente à primeira questão, como já referido aquando da apresentação dos resultados, o jovem não sentiu que houvesse algum esforço para o envolver no processo. No entanto, este jovem também não parece perceber a importância do seu eventual envolvimento, assim como não sente necessidade disso, aliás sente não ter direito a fazê-lo, uma vez que se *“porta mal”*. Ao contrário do que é amplamente referido na literatura (e.g. Ribeiro, 2009; Sani, 2013; Sunker, 1995), este jovem não percebe a importância do seu envolvimento no próprio projeto de vida, nem sente tal como uma necessidade. Eventualmente dever-se-á a características pessoais do jovem.

A inexistência de envolvimento no processo judicial por parte deste jovem, não nos permitiu ver respondida a segunda questão de investigação, dado este não ter como responder ao impacto da sua opinião, uma vez que não teve oportunidade de se pronunciar. Apesar de, relativamente ao caso deste jovem, não termos como obter a informação desejada, perguntámos ao mesmo se sabia de algum caso, com os colegas do lar, em que esses tivessem tido a oportunidade de participar ativamente nos processos. O jovem respondeu-nos negativamente e, mais uma vez, desvalorizou a importância da participação dos principais interessados nos processos. Talvez nunca lhe tenha sido explicado o valor da sua participação no processo de promoção e proteção, ou não tenha visto realmente como muito relevante que isso aconteça. Sem dúvida que estas poderiam ter sido questões a colocar ao entrevistado, contudo por falta de experiência da entrevistadora isto não aconteceu, não que se tivesse limitado apenas a elaborar as questões previstas no guião, mas não teve a destreza de apurar informações que vinham sendo trazidas à conversa.

No que diz respeito às perspetivas desenvolvidas para o futuro, e no que concerne às possíveis consequências do acolhimento institucional sobre o mesmo, para além do jovem reconhecer ter adquirido uma maior responsabilização quer em relação aos seus bens, quer às tarefas a serem por si cumpridas, este ainda pareceu surpreendido por não conseguir apontar qualquer possível consequência negativa à sua passagem pelo acolhimento institucional.

Relativamente ao último objetivo por nós proposto, percebemos que houve alterações ao nível do significado atribuído à importância da escola, entre o antes e o após acolhimento institucional, seja pelos castigos atribuídos pelo lar quando o jovem faltava às aulas, seja pela

sua vontade em cumprir um “*sonho*”. O jovem percebe as mudanças que foram acontecendo, atribuindo responsabilidade tanto à disciplina de que foi sendo alvo no lar, como ao seu próprio amadurecimento.

Não foi dada muita importância à questão relativa ao papel do encarregado de educação do lar devido à situação específica deste jovem, uma vez que mantém como seu encarregado um familiar. No entanto, compreende o papel desempenhado pelos encarregados de educação como controladores do seu desempenho escolar, assumindo que muitos deles também têm como experiência a passagem por um acolhimento institucional, o que lhes permite uma proximidade pela semelhança de trajetórias.

O jovem mostrou-se muito recetivo em responder a todas as questões que lhe foram sendo colocadas, contudo sentimos que havia uma grande necessidade por parte deste em falar sobre a relação existente entre os educadores e os educandos do lar, assim como do comportamento, considerado por ele como desajustado, dos mesmos (educadores). No capítulo da análise de resultados fizemos referência à informação que obtivemos sobre este assunto, no entanto não o desenvolvemos. Não o fizemos, visto não ir de encontro aos objetivos por nós propostos, porém não gostaríamos de deixar de lhe fazer referência dado ser um tema da maior pertinência, e, possivelmente, suscitar interesse para estudos futuros.

A literatura considera que há interesse em que as crianças e os jovens sejam mais envolvidos nos seus próprios processos judiciais, informação que não vem de encontro às necessidades sentidas por este jovem. Porém, não podemos deixar de referir algumas limitações do nosso estudo relativamente aos resultados obtidos. Só temos um participante o que não se pode considerar uma amostra significativa da população em causa. Podemos também atribuir estes resultados às características pessoais do jovem, não deixando de considerar interessantes as pistas que nos são deixadas para estudos posteriores.

Pela quantidade de informação obtida em cada uma das questões de investigação, pudemos perceber quais os temas mais valorizados pelo jovem, assim como quais os temas que lhe são mais explicados e sobre os quais foi mais informado. Ou seja, conseguimos perceber que no que respeita ao processo judicial a informação facultada ao jovem é mínima e que não houve qualquer preocupação em envolvê-lo no mesmo, como é esperado que aconteça. No entanto, este tipo de situação também não parece ser muito relevante para o

jovem, dado não ter valorizado muito o facto de ter direito a ser ouvido e poder participar na tomada da decisão judicial. Para este jovem, o seu dia a dia, a relação com os pares, tanto do lar como da escola, e a relação com os técnicos e educadores parece ser o ponto fulcral para este momento da sua vida.

Pudemos perceber que o acolhimento institucional é percebido como positivo, não sendo necessariamente importante a participação ativa no processo judicial que conduz ao próprio acolhimento, pelo menos para este jovem. As suas preocupações são direccionadas para o aqui e agora.

Referências Bibliográficas

- Alberto, I. M. (2002). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. A. Abrunhosa (Coords.), *Violência e vítimas de crimes (vol. 2: Crianças)*, pp. 223-244). Coimbra, Portugal: Ed. Quarteto.
- Alberto, I. (2010). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Almeida L. S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação* (3ª ed.). Braga, Portugal: Psiquilíbrios.
- Anderson, P. (2000). *Young Children Rights: Exploring Beliefs, Attitudes, Principles and Practice*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5),611-4.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). *Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- Centro de Estudos Territoriais. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Lisboa, Portugal.

- Coutinho, C. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: Uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)*. Braga, Portugal: Universidade do Minho - Centro de Investigação em Educação.
- Davis, J. (1998). Understanding the Meanings of Children: A Reflexive Process. *Children & Society, 12*, 325-335.
- Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de janeiro. *Diário da República nº 11/08 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de janeiro. *Diário da República nº 12/08 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade – o sistema da protecção e educação das crianças e jovens*. Maia, Portugal: Profedições.
- Duhr, V. (1992). Un enfant est battu...non dénoncé. *Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence, 40(7)*, 358-362.
- Faria, S., Salgueiro, A., Trigo, L., & Alberto, I. (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*. Actas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho.
- Höjer, I., & Johansson, H. (2013). School as an opportunity and resilience factor for young people placed in care. *European Journal of Social Work, 16(1)*, 22-36, doi: 10.1080/13691457.2012.722984.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2000). *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento*. Lisboa, Portugal.
- Kerman, B., Wildfire, J., & Barth, R. (2002). Outcomes for Young Adults Who Experienced Foster Care. *Children and Youth Services Review, 24(5)*, 319-344. doi:10.1016/S0190-7409(02)00180-9.

Lei nº 147/99 de 1 de setembro. *Diário da República nº 204/99 – I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Maclean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, 15, 853 - 884.

Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra, Portugal: Quarteto.

Martins, P. (2005). *A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: as respostas institucionais*. Comunicação apresentada no "Encontro Cidade Solidária: crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. <http://hdl.handle.net/1822/3163>

Martins, P. (2005). *O Desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade*. Encontro Inadaptação Social, Porto, – “Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação”. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>

Polkki, P., Vornanen, R., Pursiainen, M., & Riikonen, M. (2012). Children’s Participation in Childprotection Processes as Experienced by Foster Children and Social Workers. *Child Care in Practice*, (18) 2, 107-125. doi:10.1080/13575279.2011.646954.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Ramião, T. (2006). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa, Portugal: Quid Juris.

Ramião, T. (2007). *Lei Tutelar Educativa*. Lisboa, Portugal: Quid Juris.

Ribeiro, C. (2009). *A Criança na Justiça: trajetórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Coimbra, Portugal: Edições Almedin

- Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71 – 80.
- Smith, J., & Osborn, M. (2003). Interpretative phenomenological analysis. In J. Smith (Ed.). *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Methods* (pp.218-240). London: Sage.
- Sottomayor, M.C. (2003). O Poder Paternal Como Cuidado Parental e os Direitos da Criança. In *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens. A Função dos Juizes Sociais. Actas do Encontro* (pp.9-63). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Stake, R. E. (2005). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 435-486). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Sünker, H. (1995). The Politics of Childhood, Children's Rights and the UN Convention. In L.Chisholm, P. Büchner, H. Krüger, & M. Bois-Reymond (Orgs.). *Growing up in Europe. Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies* (pp. 269-276). New York: Walter de Gruyter.
- Weisz, V., Wingrove, T., Beal, S., & Faith-Slaker, A. (2010). Children's participation in foster care hearings. *Child Abuse & Neglect The International Journal*, 35 (4), 267-272. doi:10.1016/j.chiabu.2010.12.007.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and method* (4th ed., vol. 5). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

Anexo A

Guião Entrevista Semiestruturada a Adolescentes em Acolhimento Institucional

Guião Entrevista Semiestruturada a Adolescentes em Acolhimento Institucional

A) Compreender quais as percepções relativas ao processo da primeira institucionalização:

- 1- Consideras que o acolhimento institucional foi a medida adequada? Ou vias outra alternativa?
- 2- Alguma vez te perguntaram o que pensavas sobre o acolhimento institucional? Quem? (EMAT, CPCJ, Juiz?) (Resposta negativa → Sabias que tens direito a ser ouvido?)
- 3- Sentiste-te envolvido no processo?
- 4- Sentes que a tua opinião foi tida em conta?
- 5- O que sentiste quando te disseram que vinhas para uma instituição?
- 6- Que consequências teve/tem o acolhimento institucional na tua vida, no teu dia-a-dia?
- 7- E quando aqui chegaste? O que sentiste? A tua primeira impressão?
- 8- Tiveste algum momento de apresentação à instituição, anterior à tua vinda?
Resposta positiva → Achas que foi importante? Porquê?
Resposta negativa → Sentes que teria sido importante? Porquê?

B) Perceber quais as perspetivas desenvolvidas para o futuro:

- 1- Consideras que o acolhimento pode trazer algo de positivo para a tua vida?
Resposta positiva → O quê?
Resposta negativa → Porquê?
- 2- Consideras que o acolhimento pode trazer algo de negativo para a tua vida?
Resposta positiva → O quê?
Resposta negativa → Porquê?
- 3- Se não tivesses vindo para cá, achas que o teu futuro seria diferente? Porquê? De que forma?

C) Compreender as vivências e significados atribuídos à escola, antes e depois da institucionalização:

1- Tiveste que mudar de escola?

Resposta positiva → • Custou muito? Como te adaptaste?

- Os teus colegas/professores sabem que estás em acolhimento institucional?
- Como reagiram? Como te sentes em relação a isso?
- O que significa/ que valor tem a escola para ti?

Resposta negativa → • Os teus colegas/ professores sabem que saíste de casa?

(Resposta negativa → Tencionas dizer?/ achas importante dizer?)

(Resposta positiva → Sentiste alguma mudança da parte deles? Como te sentes em relação a isso?)

2- Houve alterações na tua postura em relação à escola? E aos estudos? Quais as alterações?

Sabes que como vieste para aqui os “teus pais/avós/...” deixaram de ser os teus encarregados de educação. Agora é uma técnica aqui do colégio que desempenha esse papel.

3- Quais é que achas que são as funções dela como tua encarregada de educação?

4- E que opinião tens sobre o seu desempenho?

Anexo B

Declaração de Consentimento Informado - Jovem

Declaração de Consentimento Informado

Eu abaixo assinado, _____, aceito colaborar no estudo *Adolescentes em Acolhimento Institucional - Percepções, Significados e Participação no Processo Judicial*, inserido no mestrado em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante, realizado por Carolina Chaves.

Este estudo tem como objetivos (a) compreender quais as percepções relativas ao processo da primeira institucionalização; (b) perceber quais as perspectivas desenvolvidas para o futuro; e (c) compreender as vivências e significados atribuídos à escola, antes e depois da institucionalização

Declaro que compreendi a explicação que me foi dada sobre o estudo em questão e que tive a oportunidade para colocar questões e esclarecer dúvidas acerca do mesmo.

Tomei conhecimento que a participação neste estudo é voluntária e inclui a realização de uma entrevista, a qual autorizo que seja gravada em registo áudio.

Declaro que me foi dada a garantia de que os dados recolhidos serão totalmente confidenciais e autorizo a divulgação científica dos resultados obtidos, desde que salvaguardado o total anonimato dos mesmos e sem prejuízo pessoal de cariz ético ou moral.

Fui ainda informado que posso, a qualquer momento, recusar a minha participação no estudo, sem com isso sofrer qualquer tipo de penalização ou prejuízo pessoal.

Data: ____/____/____

O Participante,

Anexo C

Declaração de Consentimento Informado – Técnica Responsável

Declaração de Consentimento Informado

Eu abaixo assinada, _____, aceito que o meu educando colabore no estudo *Adolescentes em Acolhimento Institucional - Percepções, Significados e Participação no Processo Judicial*, inserido no mestrado em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante, realizado por Carolina Chaves.

Este estudo tem como objetivos (a) compreender quais as percepções relativas ao processo da primeira institucionalização; (b) perceber quais as perspectivas desenvolvidas para o futuro; e (c) compreender as vivências e significados atribuídos à escola, antes e depois da institucionalização

Declaro que compreendi a explicação que me foi dada sobre o estudo em questão e que tive a oportunidade para colocar questões e esclarecer dúvidas acerca do mesmo.

Tomei conhecimento que a participação neste estudo é voluntária e inclui a realização de uma entrevista, a qual autorizo que seja gravada em registo áudio.

Declaro que me foi dada a garantia de que os dados recolhidos serão totalmente confidenciais e autorizo a divulgação científica dos resultados obtidos, desde que salvaguardado o total anonimato dos mesmos e sem prejuízo pessoal de cariz ético ou moral.

Fui ainda informada que posso, a qualquer momento, recusar a participação do meu educando no estudo, sem com isso sofrer qualquer tipo de penalização ou prejuízo pessoal.

Data: ____ / ____ / ____

A Técnica Responsável,

Anexo D

Tabela de Codificação Categorial

Categoria	Subcategoria 1	Subcategoria 2	Subcategoria 3	Exemplo de dados
A – Processo da primeira institucionalização	A1 - Motivo	A1.1 - Comportamento desviante e vivência de maus tratos		<p><i>“ Por exemplo, o meu caso, eu vim mais pr’aqui por fumar droga e...”</i></p> <p><i>“ (...) E então, eu vim pr’aqui por me terem batido e...(...)”</i></p>
	A2 – Envolvimento do jovem	A2.1 - Acolhimento imposto		<i>“Simplesmente, fui obrigado a vir...”</i>
		A2.2 - Falta de explicações sobre os motivos da institucionalização		<i>“Uma psicóloga que me acompanhava, e um dia estava a faltar às aulas e ela disse que queria falar comigo... e eu cheguei lá e estavam dois agentes da polícia...”</i>
		A2.3 –Perceção de falta de interesse por parte dos técnicos com/na opinião dos jovens		<i>“Não. Eu acho que não... (...) Se não me foi proposto isso, acho que aos outros também não sei se foi...”</i>
A3 – Decisão tomada	A3.1 – Perceção de falta de eficácia da medida na		<i>“ Não, porque se uma pessoa se porta assim tão mal, não é por vir para um colégio que vai mudar... pelo</i>	

		alteração do comportamento		<i>menos no meu caso, se me dissessem isto acho que não mudava na altura...</i>
	A4 – Estar institucionalizado	A4.1 - Necessidade de um primeiro contacto/ Apresentação	A4.1.1 - Indiferença	<i>“Não, era igual.”</i>
		A4.2 – Expectativas do jovem	A4.2.1 – Curiosidade	<i>“Ahh... A primeira coisa que senti era como é que isto era cá dentro... depois queria conhecer amigos novos...”</i>
			A4.2.2 - Primeira impressão	<i>“(...) eu vim pra cá e achei isto com boas instalações, tanto que a primeira coisa que vi foi este recreio aqui fora, e eu gostei... tem bom aspeto... disseram que era um dos melhores colégios daqui do Porto... E eu gostei... (...)”</i>
B – Perceções sobre o impacto no Futuro	B1 – Consequências do acolhimento	B1.1 – Positivas	B1.1.1 – Mais responsabilização	<i>“Sim, porque aqui... eu quando estava em casa não fazia tarefas... e eu sei que a minha avó não vai ter a mesma idade para sempre, e então eu tenho que ajudá-la... em casa...”</i> <i>“(...) mais responsável pelas coisas, e agora já estou</i>

				<i>mais... ”</i>
		B1.2 – Negativas		<i>“Não. Por acaso, não...”</i>
	B2 – Consequências da permanência na família	B2.1 – Graves		<i>“E então... eu se... agravasse mais a situação, talvez tinha ido para o Alentejo para o colégio de toxicodependentes...”</i>
C – Percepções sobre a escola	C1 - Mudança de escola	C1.1 - Primeiro momento - difícil		<i>“Foi... porque eu lá, naquela escola, além de ter amigos maus também tinha amigos bons... tinha lá o meu melhor amigo...”</i>
		C1.2 – Segundo momento - positivo		<i>“Sim... também há os meios de transporte e as companhias...se continuasse lá, mais valia estar em casa...”</i> <i>“E agora estou lá e já estou melhor... Já tiro boas notas...”</i> <i>“ (...) ... e se continuar com as minhas notas, como ‘tou agora a cumprir tudo direito... (...)”</i>
	C2 – Maior valorização da escola	C2.1 – Instituição impõe regras		<i>“Sim, reparei que agora faltar... não vale a pena faltar...”</i>

				<p><i>“Depois eu chego aqui ao colégio e estou sempre de castigo, sem telefone... ou depois ninguém tem confiança em mim... peço para sair e ninguém me deixa... Agora não, por exemplo, peço para sair e eles “Vai lá”... (...)”</i></p>
		C2.2 - Meio para concretização de um “sonho”		<p><i>“(...) porque se eu quero concretizar um sonho, tenho que lutar por ele, não é só dizer que quero concretizar o sonho... tenho de fazer... não é só falar...temos também que agir...”</i></p>
	C3 - Relação com os pares	C3.1 - Necessidade de combater o estigma		<p><i>“Sim, no primeiro dia... eu, na primeira aula, quis me apresentar... E disse que estava numa instituição, e disse que era um menino normal... que eles lá estão habituados a ser meninos de paizinhos e isso... e eu disse que estava aqui numa instituição, mas não quer dizer que sou como eles pensam... numa instituição... estive-lhes a dizer como é numa instituição...”</i></p> <p><i>“ Sim, pensavam que os miúdos da instituição roubavam, não tiravam boas notas... e eu estou a</i></p>

				<i>provar-lhes isso, é errado o que eles estão a pensar... (...)</i>
		C3.2 - Aceitação positiva progressiva pelos pares		<i>“(...) tanto que muitos já me percebem e até me perguntam... por exemplo... ah, eu chego lá e nem é numa questão de gozo que eles dizem...é... “ah, hoje fizeste tarefas ou assim” ...eles são meus amigos...”</i> <i>“Bem acolhido.”</i>
	C4 – Perceções sobre o papel Encarregado de Educação	C4.1 – Função educativa/ controle		<i>“Nós... cada um tem os técnicos de referência, educadores de referência... por exemplo, cá funciona, por exemplo... Quem vai à escola saber informações do aluno é esse técnico de referência, quem assina os testes... quem por exemplo, se nós nos portamos mal ou assim, se pedimos para sair temos que ir a ele perguntar...”</i>
		C4.2. – Proximidade pela semelhança de trajetórias		<i>“São boas... muitos já andaram cá no colégio, já sabem como é aqui dentro do colégio... (...)</i>

D – A Vida no Lar	D1 – Representações negativas sobre os educadores	D1.1 - Comportamento agressivo		<p><i>“Por exemplo, educadores batem em crianças, em jovens que estão aqui institucionalizados...”</i></p> <p><i>“Eu acho é mais esquisito, eles baterem em deficientes, não é pessoas normais... Se eles estão assim tão enervados, porque é que eles não vão aí na rua e descarregam numa pessoa? Agora baterem em crianças...depois, por exemplo, quando há aqui... por exemplo, brigas com alunos... ”Ah, mete-te com alguém do teu tamanho” ... Se um educador me dissesse isso, que bata em educando, eu dizia-lhe mesmo “E tu, porque é que não vais com pessoas do teu tamanho?” (...)”</i></p> <p><i>“(...) e educadores que batem em miúdos com luvas, para não ficar pisados por fora, mas por dentro...”</i></p>
		D.1.2. Comportamento impulsivo/instabilidade emocional		<p><i>“(...) os educadores começam-lhes a insultar os pais e as mães e eles enervam-se e começam... com o nervosismo partem tudo à volta (...)”</i></p> <p><i>“É mais quando eles estão de mau feitio... (...) e então eles agora chegarem aqui, têm uma discussão</i></p>

				<i>com a mulher em casa ou assim, vêm pr'aqui todos enervados, e em vez de irem lá para baixo para o ginásio, descarregarem... Não, descarregam em nós, como se nós fossemos um saco de boxe..."</i>
		D.1.3. Comportamento desviante/consumo de drogas		<i>"Educadores que fumam drogas também, aqui dentro..."</i> <i>"(...)não podem trabalhar aqui pessoas que consumam drogas ou álcool... não podem vir pr'aqui assim..."</i>
		D.1.4. Secretismo sobre o comportamento agressivo dos educadores		<i>"Mas eles sabem que cometem isso... eles sabem... o que fazem... toda a gente vê... o problema é que não é falado... (...)"</i> <i>"por exemplo, eu faço queixa... e "Ah, vamos resolver o assunto", e depois passado uns tempos já ninguém sabe, já ninguém quer saber..."</i>

	D2 - Aspetos positivos da instituição	D2.1 - Abertura aos contactos com a família		<i>“Cá tem-se tudo... (...) Saídas ao fim de semana (...)receber visitas... podes receber visitas... basta os pais ligarem, naquele horário vêm cá normalmente...”</i>
--	---------------------------------------	---	--	--